



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 453/2013 (Autoria do Deputado Nereu Moura)

Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação do Centro de Cultura e Sustentabilidade de Quedas do Iguaçu, com sede foro no Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação do Centro de Cultura e Sustentabilidade de Quedas do Iguaçu, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 512/2013

(Autoria dos Deputados Caíto Quitana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Jonas Guimarães)

Altera a Lei nº 4.897, de 7 de agosto de 1964, que declarou de Utilidade Pública o Lar do Meninos Dr. Leocádio José Correia, com sede no Município de Curitiba.

Art. 1º A Lei nº 4.897, de 7 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública ao Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2014.


Jonas Guimarães


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Rose Tasso



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 8/2014
(autoria do Poder Executivo)**

Concessão, para revisão geral anual do ano de 2014, do índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 1º Concede, para revisão geral anual referente ao ano de 2014, o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º O Anexo IV da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.


Art. 3º O Anexo V da Lei Complementar nº 136, de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

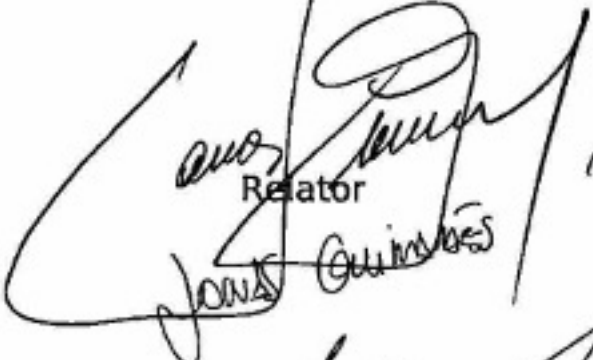
Art. 4º A aplicação do índice fixado no art. 1º desta Lei será implementada em folha de pagamento com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2014.

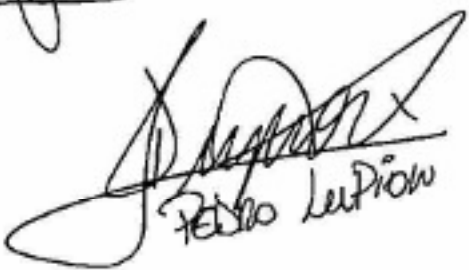
Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria.


Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2014.


Presidente
Dilson Gerson


Relator
João Guimarães


Pedro Leão

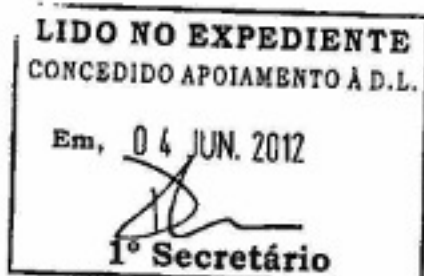

Rose Lima



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 250 / DE 2012



SÚMULA: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa da Paleta Tropeira".

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa da Paleta Tropeira", realizada anualmente, no mês de julho, no Município de Moreira Sales.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2012.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

14:47 04/06/2012 083394 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

A Festa da Paleta Tropeira é realizada no mês de julho, no parque de exposições do Município de Moreira Sales. É um evento beneficente que conta com o trabalho de voluntários da comunidade e de empresas, sendo que os recursos arrecadados são revertidos para as entidades envolvidas na venda dos pratos e realização do evento.

A Paleta Tropeira foi idealizada pelo Sr. Mercilo Bertoline e é oficialmente registrada como prato típico do Município, tendo sido escolhida pela população do Município. É servida juntamente com feijão tropeiro, farofa, arroz, saladas e creme de milho. No ano de 2012 será realizada a 3ª edição da festa, que conta com bingo e shows abertos à toda a

O presente Projeto de Lei vem no sentido de auxiliar o crescimento do evento, auxiliando na sua divulgação. A festa vem se firmando e crescendo a cada ano e é extremamente importante para a população do Município de Moreira Sales, principalmente pelo seu caráter beneficente.

Certo da importância de tal medida, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2012.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 250/2012

Projeto de Lei nº 250/2012

Autor: Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto

Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Paleta Tropeira"

**EMENTA: INSERÇÃO NO
CALENDÁRIO OFICIAL DO
ESTADO DO PARANÁ A "FESTA
DA PALETA TROPEIRA" NO
MUNICÍPIO DE MOREIRA
SALES. COMPETÊNCIA
LEGISLATIVA CONCORRENTE
DO ESTADO PARA LEGISLAR
SOBRE CULTURA E FOMENTA-
LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT,
INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, ART 65,
CONTITUIÇÃO ESTADUAL.
APROVAÇÃO. PARECER
FAVORÁVEL.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, objetiva inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa da Paleta Tropeira", que se realizará, anualmente, no mês de julho, no Município de Moreira Sales.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

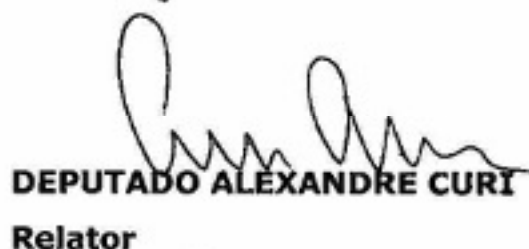


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
Relator

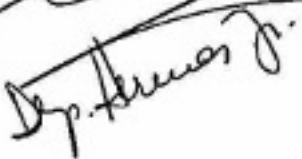

Dep. Squarica


Dep. Zaverucha


Dep. Thumini


Dep. Traiano


Dep. Sampaio


Dep. Almeida

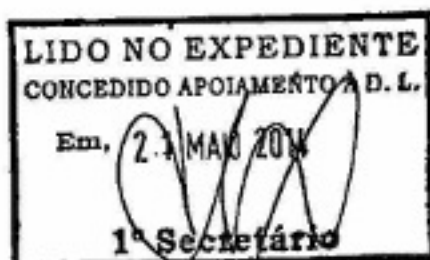
APROVADO
APROVADO
02.06.14



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 225/14



Súmula: Declara de Utilidade Pública a GERAÇÃO INTEGRAR – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a GERAÇÃO INTEGRAR – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 21 de maio de 2014.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende declarar de Utilidade Pública a Geração Integrar - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, com sede e foro no Município de Londrina.

A Geração Integrar nasceu da vontade de pais e amigos dos jovens com necessidades especiais, uma vez que, segundo informações, no Município de Londrina ainda não existia um espaço onde os jovens pudessem ser agentes da sua própria história, apenas instituições de cunho cuidador e protecionista.

Desta forma, o público alvo da Associação são jovens com deficiência, acima de 12 anos e suas famílias, incentivando atividades e promovendo a sua integração na social.

A Geração Integrar tem como objetivo, ainda, oportunizar através de profissionais capacitados, orientações, indicações e acompanhamentos para pessoas com deficiência, que desconhecem seus direitos e/ou não estão incluídos na sociedade em seus diversos setores, educacional, profissional, desportivo e cultural.

Desta forma, devido ao importantíssimo trabalho realizado pela Geração Integrar e objetivando incentivar a continuação das atividades em benefício dos jovens portadores de necessidades especiais do Município de Londrina e região, destacamos a necessidade da urgente aprovação desta proposta.

Diante do exposto e devido a importância da presente proposta, pedimos o devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 225/2014

Projeto de Lei nº. 225/2014
Autor: Deputado Tercílio Turini

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Geração Integrar – Associação de Pais e Amigos de pessoas com necessidades especiais, com sede e foro no município de Londrina,*

EMENTA: **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tercílio Turini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Geração Integrar – Associação de Pais e Amigos de pessoas com necessidades especiais**, com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



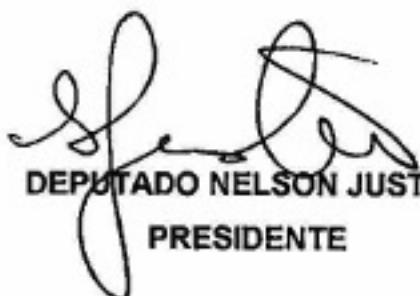
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 1268

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.

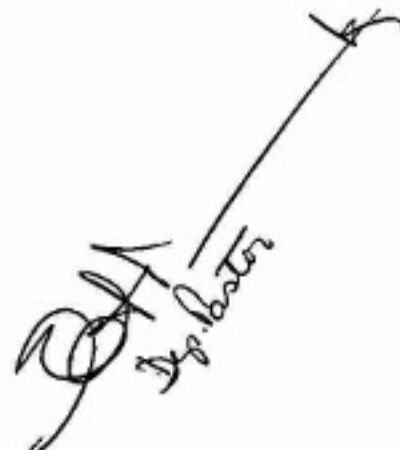

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Paulo Sérgio


Dep. Roberto


Dep. Luciano


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/05/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 225/2014


De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 225/2014, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - Declara de Utilidade Pública a **Geração Integrar – Associação de Pais e Amigos de pessoas com necessidades especiais**, com sede no Município de Londrina e foro central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a **Geração Integrar – Associação de Pais e Amigos de pessoas com necessidades especiais**, com sede no Município de Londrina e foro central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 27 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/05/14